



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas categorias de cozinheiro, arrumador, lavador/passador, chefe de cozinha, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais, na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal e, de garçons na Secretaria de Comissões, além de chaveiros na Administração do Senado Federal, conforme o **ANEXO I** e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo atender a demandas em atividades-meio apontadas no objeto, que servem para suprir às exigências corriqueiras de suporte.

Nesse sentido, em atendimento a essa demanda da Casa, foi autorizada a instrução preventiva de novo procedimento licitatório, visando garantir a continuidade dos serviços prestados ao Senado Federal através da 3ª prorrogação do Contrato nº 007/2022, celebrado entre o Senado Federal e a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação Ltda., com vigência de 13 de janeiro de 2025 a 12 de janeiro de 2026.

Além disso, destaca-se que a necessidade dessa contratação se originou da revogação do Pregão Eletrônico nº 90097/2024, que foi cancelado devido às novas regras de desoneração da folha de pagamento, exigindo ajustes nas estimativas de custos, conforme documentado no NUP 00100.186165/2024-17

Para tal continuidade do objeto deste TR, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação em tela é a que melhor atende à Administração, pois, as atividades desempenhadas pelas categorias de garçom, cozinheiro, arrumador, lavador/passador, chefe de cozinha, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais, chaveiro, permitirão que servidores efetivos e comissionados possam concentrar-se nas atividades de maior relevo. Utilizar servidores para tais atividades seria subutilizar mão-de-obra qualificada para atender afazeres, que, apesar de importantes, podem ser realizados por pessoas com menor especialização.

A contratação tem como objetivo suprir a demanda de atividades-meio, garantindo o suporte para as atividades legislativas e administrativas. A ausência desses serviços prejudicaria o funcionamento do Senado.

Com a alocação dos servidores efetivos em suas atividades precípuas, o Senado Federal carece de mão de obra que possa se dedicar ao desempenho de tarefas administrativas ou técnicas acessórias, tais como as descritas neste Termo de Referência para as categorias cujos serviços se pretende contratar. Dessa forma, cogita-se o melhor direcionamento dos servidores efetivos para atividades que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

lhes sejam próprias e exclusivas, desonerando-os de desenvolverem atividades de natureza acessória, não previstas no conjunto de suas atribuições legais, descritas no Regulamento Administrativo do Senado Federal, aumentando sua especialização e, por conseguinte, a eficiência dos processos de trabalho.

É importante destacar que a terceirização na Administração Pública encontra fundamento no §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967, segundo o qual “para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução”.

Quanto ao tema, o pressuposto da "terceirização ilícita" seria a delegação de atividades típicas de Estado ou que envolvam gestão, tomada de decisão, coordenação, supervisão e controle. Em termos objetivos, o desvirtuamento da terceirização poderá ser aferido se os serviços terceirizados forem "inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal" (inciso IV do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018).

No caso, as atividades contempladas nas atribuições das categorias contempladas na futura contratação não se encontram no rol de vedações e incompatibilidades trazido pelo art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, in verbis:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

- I - Que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
- II - Que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;
- III - Que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e
- IV - Que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

Como será possível observar nas características das categorias pretendidas, bem como na descrição de suas atividades, constantes do Anexo I deste Termo de Referência, a contratação da execução indireta de seus serviços não encontra óbice na legislação vigente.

1.2.2. Justificativa para os quantitativos exigidos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

1.2.2.1. O quantitativo de profissionais previsto neste Termo de Referência é aquele que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da Administração, tendo em vista contratos anteriores e levantamento de novas necessidades para suprir rotinas diárias das áreas envolvidas.

A quantificação dos subitens de prestação de serviço foi promovida em face da demanda apresentada em cada unidade administrativa e legislativa, bem como em face do volume de atividades de suporte já vivenciado por elas. Nesse sentido, fez-se levantamento histórico das necessidades de cada unidade tomadora e, com a composição da nova Mesa Diretora, e os possíveis impactos resultantes na mão-de-obra empregada nas atividades do contrato em vigor, evidenciou-se a necessidade de acréscimo de postos em categorias específicas de serviços, como garçom, ajudante de cozinha e chefe de cozinha, visando à melhor distribuição quantitativa e garantir uma melhor eficiência no atendimento às unidades tomadoras. A tabela com a comparação de quantitativos pode ser detalhada da seguinte maneira:

CATEGORIA	CONTRATO Nº 007/2022	NOVA LICITAÇÃO	ANÁLISE DA NECESSIDADE POR CATEGORIA
Garçom	10	12	para atender a uma demanda maior de serviço nas unidades.
Chaveiro	3	3	
Arrumador	3	3	
Lavador/ passador	2	2	
Chefe de cozinha	0	1	A necessidade de liderança e supervisão na cozinha.
Ajudante de cozinha	2	3	Para garantir maior eficiência no preparo de alimentos.
Auxiliar de serviços gerais	5	5	
Cozinheiro	3	3	
TOTAL	28	32	

As categorias, como chaveiro, arrumador, lavador/passador, auxiliar de serviços gerais e cozinheiro, não apresentam alteração nas quantidades, a distribuição de recursos e mão-de-obra nestes serviços permanece adequada para a demanda atual e futura.

Cada posto de trabalho será ocupado por um único empregado. Não haverá possibilidade de que um empregado ocupe mais de um posto de trabalho. O quantitativo de postos de trabalho será o mesmo que o número de empregados contratados.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. Não há como garantir o alcance das metas institucionais finalísticas, sem que haja a terceirização dos serviços de suporte operacional e administrativo.

Este Termo de Referência tem por escopo subsidiar, com as devidas especificações técnicas, a contratação de serviços de suporte operacional e administrativo, a serem prestados por meio de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

empresa terceirizada, de forma a garantir a melhor condução das atividades no âmbito do Senado Federal com o melhor custo x benefício.

Assim, com a contratação pretendida, visando atender aos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência, estaria certo o alcance dos objetivos organizacionais, garantindo, ainda, o direcionamento do pessoal efetivo em atividades próprias de seus cargos públicos e o dos empregados terceirizados para o desempenho de atividades que não tenham relação com a missão institucional do Senado Federal nem com as atribuições dos servidores da Casa.

1.2.4. Modelo de prestação de serviços

1.2.4.1. A escolha pelo modelo de prestação de serviços mediante contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em detrimento do modelo de prestação de serviços em que essa não é exigida, se deve em função do tipo de serviço a ser prestado, uma vez que o Senado Federal não dispõe de pessoal em seu quadro para o atendimento destas demandas. Além do que, preza-se pela qualidade e disponibilidade imediata das necessidades.

Assim como todas as demais atividades desempenhadas (garçom, cozinheiro, arrumador, lavador/passador, chefe de cozinha, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e chaveiro) demandam uma qualidade no serviço a ser prestada, a qual se não fosse por alocação de mão de obra, seria prejudicada.

Na presente contratação de mão de obra, será adotado o chamado “modelo híbrido”, caracterizado pela mensuração da qualidade e eficiência do serviço prestado a partir da implementação, quando da execução do contrato, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), de acordo com o **Anexo III**.

Assim, em atendimento ao comando constante do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 3/2019, a contratação será estruturada com a disponibilização de mão de obra (posto de trabalho) com a devida mensuração da qualidade do serviço prestado, a partir de indicadores de desempenho e eficiência.

Realizando uma pesquisa, detectamos que o TCU (Tribunal de Contas da União), em diversas de suas avenças (PE nº 026/2016, PE nº 025/2019, PE nº 040/2019 e PE nº 052/2019), também fez contratações tendo por critério a disponibilização de postos de trabalho e não prestação de serviços.

Com relação ao “modelo híbrido”, podemos destacar, trecho do voto do Min. Weder de Oliveira no Acórdão TCU nº 2.963/2019-P (sobre o PE nº 057/2019 do Senado Federal):

57. Há opções que devem ser objeto de profunda análise quando do planejamento de licitações, como modelos puramente por resultados ou híbridos (parcela fixa e parte por resultados). **A título simples de exemplo, os serviços atualmente contratados de limpeza das instalações deste Tribunal (Contrato 38/2015) são medidos e pagos observando-se o que poderíamos chamar de ‘modelo híbrido’: a remuneração está vinculada ao quantitativo de postos de serviços, porém é ajustada em virtude da medição de resultados pactuados, especialmente no que concerne ao nível de qualidade da prestação desses.**

A definição do chamado “modelo híbrido” foi originalmente desenvolvida no voto do Min. Benjamin Zymler no Acórdão nº 1.125/2009-P:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

“A jurisprudência do Tribunal acena no sentido da inconveniência do modelo de remuneração baseado apenas em horas trabalhadas, uma vez que essa opção não assegura a realização do objeto, o que atentaria contra o princípio da eficiência.

Conforme verificado nos argumentos apresentados pela Infraero e nos termos do multicitado Edital, foram definidos critérios para mensurar parte dos serviços a serem executados (‘apoio técnico especializado e manutenção corretiva’ e ‘manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva’), no percentual de 46% do objeto inicialmente previsto. Contudo, não há mensuração para o restante do objeto licitado.

Verifica-se um modelo híbrido na execução dos serviços a serem contratados, já que, conforme os critérios para aceitação dos serviços, a mensuração será feita com base em horas trabalhadas e em resultados.

É possível identificar que os procedimentos adotados pela Infraero estão em consonância com os Acórdãos 667/2005-TCU-Plenário e 786/2006-TCU-Plenário, já transcritos no Relatório precedente, uma vez que a Infraero estabeleceu critérios de mensuração dos serviços, estimativa prévia do volume de serviços demandados, critérios de avaliação das especificações e quantidade dos serviços, ferramenta de acompanhamento e fiscalização e ordem de serviço. Dessa forma, em que pese a mensuração dos serviços não se basear em remuneração por resultados, in totum, não se verifica irregularidade apta a comprometer a lisura do certame em análise”.

Em suma, no “modelo híbrido” a ser adotado, a remuneração da CONTRATADA é vinculada ao quantitativo de postos de trabalho, porém ajustada em virtude da medição dos resultados previamente pactuados em Acordo de Nível de Serviços. Logo, o valor total dos serviços é estabelecido quando da contratação, com base na disponibilidade dos profissionais para atendimento às demandas, porém o valor mensal a ser faturado é calculado com base nos resultados (indicadores de nível de serviço) alcançados pela CONTRATADA na prestação do serviço. Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação de propostas, corresponderão aos valores máximos a serem faturados na hipótese de a CONTRATADA atingir a meta exigida em todos os indicadores.

Esclareça-se que não há previsão de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas. A superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período. O valor do pagamento será aquele condizente ao valor mensal integral, conforme definido no contrato, descontadas as glosas, consoante gradação prevista em tabelas em que para cada inadimplemento foram atribuídos pontos.

1.2.5. Número do contrato vigente ou vencido

Nº Contrato	Objeto	Término da vigência
007/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico e operacional, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas categorias de garçom, cozinheiro, arrumador, lavador/ passador, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais e chaveiro para o SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	12/01/2026

2. Forma de contratação

. Tipo de contratação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na forma eletrônica, em atendimento ao disposto no art. 28 do Ato da Diretoria-Geral nº 14 de 2022.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam os incisos XIII e XLI, do art. 6º e art. 29, da Lei nº 14.133/2021, assim como o Art. 1º, caput e §1º e Art. 3º, do Decreto nº 10.024/19.

2.3. Critério de julgamento da contratação

2.3.1. Será adotado o critério de julgamento pelo menor preço, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do inciso I, do art. 33, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, o critério “menor preço” é o mais adequado ao objeto em questão, uma vez que o objeto não se reveste de maiores complexidades técnicas para escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos.

2.4. Critério de adjudicação da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de adjudicação por valor global, tendo em vista a existência de um único item a ser licitado e este critério estar de acordo com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União c/c art. 40, inciso V, alínea “b”, e §3º; e art. 47, II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021:

	CATEGORIA	QUANT.	JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO
ITEM 1	Garçom	12	As categorias contempladas no Item 1 servem de suporte material e estão agrupadas com vista a otimizar o controle da execução das atividades e a própria gestão contratual. Caso contrário, se houver a contratação específica para cada categoria, haveria considerável dificuldade de gestão da mão de obra e da uniformidade de procedimentos e diretrizes de execução.
	Chaveiro	3	
	Arrumador	3	
	Lavador/ Passador	2	
	Chefe de cozinha	1	
	Ajudante de Cozinha	3	
	Auxiliar de Serviços gerais	5	
	Cozinheiro	3	

2.4.2. Os subitens das categorias acima referem-se ao agrupamento dos subitens em um único item, uma vez que não seria viável a existência de mais de uma empresa vencedora administrando um serviço e é único, além disso, a gestão e a fiscalização da contratação também seriam prejudicadas com muitas





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

empresas executando o mesmo objeto e, conseqüentemente, afetaria a qualidade pretendida pela contratação e os resultados almejados não seriam alcançados.

2.5. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços:

2.5.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação, pois o quantitativo do objeto é perfeitamente previsível, não havendo enquadramento, portanto, em nenhuma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão da baixa complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será permitida a subcontratação, tendo em vista não se mostrar viável sob a ótica técnica ou econômica a execução parcial do objeto por parte da contratada.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas, tendo em vista que o valor estimado da presente contratação se encontra acima de R\$ 80.000,00 e o objeto não contempla a aquisição de bens de natureza divisível.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Não será exigido vistoria nessa contratação, pois todas as informações necessárias para o entendimento do objeto de contratação estão contempladas no Termo de Referência e refletidas no edital.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.2.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto, deverá a licitante apresentar:

~ ~. Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços de gestão





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

mão de obra terceirizada, ao menos, 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de profissionais informada no anexo I deste TR, isto é, deverá ser comprovada a gestão de, ao menos 16 (dezesesseis) profissionais.

a.1). Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “a”, será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes;

a.2). Para a comprovação do quantitativo mencionado na alínea “a”, será admitido o somatório de atestados, desde que contemplados no mesmo período mínimo de 12 (doze) meses.

a.3). Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

a.4). A exigência de qualificação técnica é de grande importância ao objeto licitado, uma vez que é exigida a capacidade técnica dos licitantes no que diz respeito aos critérios qualitativos e quantitativos. No que tange a exigência qualitativa, os serviços prestados na Residência Oficial da Presidência do Senado, exigem maior qualidade com o fim de atender os resultados esperados com excelência. Já o critério quantitativo, justifica-se pela necessidade de atender pelo menos, no mínimo, 16 (dezesesseis) profissionais, que corresponde a 50% do quantitativo total previsto neste Termo de Referência, sendo tal quantidade compatível com a relevância da execução contínua do objeto, em conformidade com art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021.

3.2.3. Declaração de que o licitante instalará escritório no Distrito Federal, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da vigência do contrato.

3.2.3.1. A exigência segundo a qual a futura contratada deverá dispor de escritório no Distrito Federal mencionado no subitem **3.2.3**, funda-se na experiência prática da fiscalização dos contratos administrativos no âmbito desta COARO/SPATR, principalmente quanto às substituições de colaboradores em caráter de urgência e demais acionamentos da contratada em emergência. Dessa forma, ausência de representante instalado em ponto fixo no DF dificulta, quando não prejudica, a regular execução e demandas ocorrentes durante a vigência contratual. Nesse quesito, a rapidez na substituição mostra-se imprescindível para a segurança da Residência Oficial, bem como tem-se que a seleção da proposta mais vantajosa não deve atender apenas e isoladamente o critério do menor preço, devendo a ele estar aliado aos princípios da eficiência e da eficácia que devem nortear o dia a dia da Administração.

3.2.4. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.2.5. Declaração expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

3.2.6. Qualificação econômico-financeira

3.2.6.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

3.2.6.2. Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

a.1) todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.1.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.1.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.1.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

a.2) Patrimônio Líquido - PL mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido no item 3.2.6.2.

a.3) demais exigências da minuta-padrão.

3.2.6.3. As exigências relativas à qualificação econômico-financeira são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante, para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato e atendem o disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa prevista no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que na presente contratação o valor estimado é superior ao limite previsto para se dispensar licitação e a contratação objetiva a prestação de serviços.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada, se deve a necessidade de contratação de mão de obra terceirizada nas dependências do Senado Federal, dando suporte as atividades fins da casa.

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.



Modelo de gestão



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. A gestão da avença que se originará do presente Termo de Referência ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização – NGCOT, conforme competência definida no art. 215, IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

5.1.2. Já quanto à fiscalização do referido ajuste, sugerimos que sejam designados os servidores Francisco Joarez Cordeiro Gomes, matrícula: 199403 e Jucimar Alves de Castro, matrícula 40621, telefones: (61) 99988-9839 e (61) 98266-9830, como titular e substituto, respectivamente.

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por mensagem eletrônica, através do e-mail: ngcot@senado.leg.br

6. Prazo para início da execução

6.1. A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. Instalar escritório no Distrito Federal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato.

7.1.2. Manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.1.3. Apresentar cópia autenticada das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.4. Efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;

7.1.5. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do início da execução dos serviços e a cada semestre, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários.

7.1.6. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.7. Fornecer ao gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

7.1.7.1. Relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

7.1.7.2. Documentos necessários à expedição de crachá pela polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no SENADO FEDERAL.

7.1.7.3. Comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;

7.1.8. Substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

7.1.8.1. Falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da comunicação da ausência.

7.1.8.2. Não será exigida a cobertura de férias, tendo em vista a impossibilidade de disponibilizar pessoal com o mesmo nível de qualificação e formação necessários, considerando as peculiaridades das categorias envolvidas, a natureza das pessoas atendidas (autoridades de alto escalão), bem como os elevados padrões de qualidade e discrição exigidos em ambientes institucionais de prestígio.

7.1.8.3. Gozo de licenças (substituição imediata);

7.1.8.4. Solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

7.1.8.5. Automaticamente, após 3 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;

7.1.8.6. Quando não possuir a qualificação mínima exigida;

7.1.8.7. Sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

7.1.9. Efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 44,30 (quarenta e quatro reais e sete centavos) por dia trabalhado, em razão da atualização de valor prevista no Ato do Presidente do Senado Federal nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em convenção coletiva de trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da convenção coletiva de trabalho aplicável;

7.1.10. Fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da convenção coletiva de trabalho aplicável;

7.1.11. Efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

7.1.12. Efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do sistema de “banco de horas”, de acordo com o que tiver previsto no acordo ou convenção coletiva de trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

7.1.13. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários por meio de registro manual ou mecânico, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização SENADO aferir o cumprimento da jornada de trabalho diária, semanal e mensal de cada profissional;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

7.1.13.1. Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no item anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

7.1.13.2. A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;

7.1.13.3. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

7.1.13.4. Tendo em vista as circunstâncias de imprevisibilidade e flexibilidade exigidos pelos serviços prestados na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal, não será possível a exigência de ponto eletrônico.

7.1.14. Selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato;

7.1.15. Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas constantes no **Anexo II**;

7.1.16. Observar a legislação trabalhista, previdenciária e convenção coletiva de trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;

7.1.17. Manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado;

7.1.18. Manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO;

7.1.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios;

7.1.20. Fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.1.21. Apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:

7.1.21.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do Profissional, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

7.1.21.2. Indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando couber;

7.1.21.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos devidamente assinada pela CONTRATADA; e

7.1.21.4. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

7.1.22. Entregar ao gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

7.1.22.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

7.1.22.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

7.1.22.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.1.22.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.23. Entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

7.1.23.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;

7.1.23.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;

7.1.23.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

7.1.23.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

7.1.23.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

7.1.24. Entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

7.1.24.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

7.1.24.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

7.1.24.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

7.1.24.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

7.1.25. Apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no **item 7.1.21**.

7.1.26. Entregar o modelo de autorização para utilização do Sistema de Depósito em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM, por ocasião da assinatura do contrato;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

7.1.27. Providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

7.1.28. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

7.1.28.1. O acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;

7.1.28.2. Obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;

7.1.28.3. A obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

7.1.29. Apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

a) mês de referência;

b) nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;

c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;

d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;

e) campos para observações e assinaturas.

7.1.30. Observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

7.1.31. Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à secretaria da receita federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital.

7.1.31.1. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

7.1.31.2. O disposto no **item 7.1.31.1** deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte.

I - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de pagamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.31.3. Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no **item 7.1.31**, o SENADO comunicará à secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso i, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.32. Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria;

7.1.33. No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2014;

7.1.34. Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades;

7.1.35. Na situação prevista no **item 7.1.34** deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto;

7.1.36. Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à justiça do trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS;

7.1.37. A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

7.1.38. Não haverá solicitação de folguistas pelo SENADO;

7.1.39. A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.40. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados;

7.1.41. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

7.1.42. Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

7.1.43. É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do quadro de pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no ato da comissão diretora do SENADO FEDERAL nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010;

7.1.44. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

7.2. Obrigações do contratante

7.2.1. Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

7.2.1.1. Exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

7.2.1.2. Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha verificada no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

7.2.1.3. Permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

7.2.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

7.2.1.5. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

7.2.1.6. Exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

7.2.1.7. Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

7.2.1.8. É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

8. Regime de execução

8.1. A prestação dos serviços será realizada nas dependências da Residência Oficial da Presidência do Senado Federal, na QL-12 do Lago Sul e no complexo arquitetônico do Senado Federal, situado na Praça dos Três Poderes em Brasília/DF, nos dias úteis, das 7 horas às 22 horas, sob sua orientação,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se, no prazo máximo de até 30 dias corridos, após a assinatura do contrato.

8.2. A jornada de trabalho dos profissionais referidos deste TR poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

8.2.1. A prestação dos serviços fora do horário ordinário estabelecido no item 8.1 deverá ser previamente solicitada ou autorizada pelo gestor deste contrato, desde que devidamente justificada.

8.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços na forma prevista nos subitens abaixo:

8.3.1. A prestação dos serviços será realizada, na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal e no complexo arquitetônico do Senado Federal em Brasília/DF, conforme distribuição dos postos de trabalho constante deste Termo de Referência, nos dias úteis, entre 7 e 22h. O horário de expediente de cada empregado será definido pelo FISCAL SETORIAL, obedecida a jornada descrita no **item 8.1**.

8.3.2. Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

8.4. A CONTRATADA deverá executar os serviços na forma prevista nos subitens do Anexo II deste Termo de Referência;

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido

9.1.1. Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, mensalmente, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 5º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidades por descumprimento contratual

10.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste Termo de Referência, no edital de licitação ou no contrato decorrente deste TR, sujeitando-se às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar; e

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

10.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

10.3.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

- 10.3.2.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 10.3.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.3.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.3.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.3.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.4.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do **item 10.3** que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:
- 10.4.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.4.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.4.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.4.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.4.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.5.** Em conjunto com as sanções dos itens 10.2, 10.3 e 10.4 deste Termo de Referência, a autoridade competente poderá:
- 10.5.1.** Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- 10.5.2.** Determinar a rescisão unilateral do contrato.
- 10.6.** Pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias, a CONTRATADA ficará sujeita à multa moratória, por dia de atraso, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência:

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado.
4	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

GRAU 2	
De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
5	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.
6	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço extraordinário.
7	Deixar de comunicar formalmente ao gestor e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
8	Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida, por empregado.

GRAU 3	
De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
9	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios.
10	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por empregado.
11	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado.
12	Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital.

GRAU 4	
De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
13	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado.
14	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
15	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.

GRAU 5	
De 1,7 (um inteiro e sete décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
16	Interromper a realização dos serviços.
17	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato.
18	Deixar de substituir empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por empregado





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO – SPATR
 Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO

GRAU 6	
De 3,3 (três inteiros e três décimos) até 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
19	Atrasar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato.

10.7. O somatório das multas moratórias previstas neste “item 10 - Previsão de penalidades por descumprimento contratual” não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

10.8. O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

10.9. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Instrumento de medição de resultados (IMR)

11.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste Termo de Referência de acordo com os níveis de serviço descritos no **ANEXO III** deste termo, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sendo adotado o modelo híbrido para medição de resultados alcançados pela contratada na prestação do serviço e utilização de indicadores de nível de serviço.

11.1.1. O resultado do IMR será a média aritmética simples da pontuação obtida (somatório de todos os pontos dividido por 3 (indicadores)) a partir dos indicadores observados, conforme tabela abaixo:

FATOR DE QUALIDADE			
Média de pontos no mês	0 a 3 pontos	3,01 a 5 pontos	Mais de 5 pontos
% IMR	100%	95%	90%

11.1.2. O valor a ser recebido pela CONTRATADA em relação aos serviços prestados é diretamente proporcional ao percentual atingido na escala do IMR. Assim, o valor da fatura será o resultado da multiplicação do valor da medição e do percentual do IMR atingido.

$$VF = VM \times FQ (\%);$$

VF: Valor de Fatura;

VM: Valor da Medição;

FQ (%): Percentual do IMR atingido no mês;

